

A querela dos antigos e modernos: panorama historiográfico.

*The historiography of the quarrel between the ancients and the
moderns: an overview.*

Luiz César de Sá Júnior¹

RESUMO



O artigo propõe um breve panorama historiográfico da dita “querela dos antigos e modernos” desencadeada por letrados franceses e ingleses entre o fim do século XVII e meados do XVIII. Sugerimos que o conceito de “querela” deve ser cuidadosamente caracterizado, uma vez que a fortuna crítica conferiu-lhe significados que nem sempre correspondem à sua primeira legibilidade normativa, embora estes mesmos significados sejam, em alguma medida, responsáveis pela rendimento do conceito ao longo do tempo. Também nos interessa marcar o tom teleológico de algumas narrativas da “querela”, que enxergaram na disputa entre antigos e modernos o nascimento da “Modernidade”. Nesse sentido, defende-se, em conclusão, que o melhor tratamento do tema passe pelo exame das mediações históricas que monumentalizaram esses discursos.

Palavras-chave: História moderna. História intelectual. Querela dos antigos e modernos. Batalha dos livros.

ABSTRACT



This article aims to analyse historiographical texts concerning the so-called “quarrel of the Ancients and the Moderns” in seventeenth and eighteenth centuries. Our study is led by the methodological assumption that the very concept of a “quarrel” ought to be meticulously submitted to scrutiny, since its contemporary uses may distort the original meanings of the texts that it comprehends, giving birth to several connotations that ultimately (and somewhat paradoxically) assured the concept’s effectiveness over time. Moreover, we intend to shed light on the emergence of a teleological approach to the “quarrel”, which resulted in an interpretation of seventeenth and eighteenth-century controversies as Modernity milestones. As such, our investigation suggests, in conclusion, that the better way to deal with the aforementioned issues is to study the original circumstances of production of the quarrels along with the manifold mediations that they have endured over time.

Keyword: Modern history. Intellectual history. Quarrel of the Ancients and the Moderns. Battle of the books.

¹ Doutorando em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES. Um esboço deste texto foi apresentado no XVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH, em Simpósio Temático coordenado pelos professores Renata Garraffoni e Glaydson José da Silva, a quem gostaria de agradecer pela acolhida gentil e pelas críticas e sugestões.

PROLEGÔMENOS

“O pecado dos pecados”; eis o momento inaugural de um procedimento analítico que viria a ganhar decisiva fortuna entre historiadores. Aquele que o formulou, Lucien Febvre, pretendia estabelecer um corte claro entre o tempo e a situação epistemológica em que o historiador escreve e aqueles que examina, transformando esse distanciamento num verdadeiro método. A restituição, sempre parcial, da ausência como alteridade, servia, aqui, de fórmula profilática contra o mal do anacronismo.

Mas *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle: la religion de Rabelais*, publicado em 1942, traz questões que problematizam o quadro. Afinal, o mesmo Febvre que chancelou uma cisão radical entre o historiador e seus objetos (LILTI, 2012, p. 66) a ponto de negar qualquer verossimilhança à célebre hipótese da descrença (FEBVRE, 1942, p. 381-382) declarava que o “amor” era o *leitmotif* de sua pesquisa. Rabelais e sua descrença, conquanto distantes dele a ponto de asfixiar quaisquer comparações intelectualmente rigorosas, somente se apresentavam como temas de estudo graças aos sentimentos de afinidade que poderiam despertar naquele historiador.

Essa perspectiva inesperada, que, nos termos de Frank Ankersmit, frequentemente colide com o imperativo ético e intelectual do distanciamento frente aos objetos, pode ser descrita como um fascínio pela sensação de persistência de certos materiais do passado, como se estivéssemos diante de um testemunho do que o passado de fato *foi*. Esse “toque” do real, “*what past was actually like*” (ANKERSMIT, 2006, p. 137), e que pode se efetivar quando topamos com a primeira menção a uma frase repetida exaustivamente por seu vigor canônico, na visita a um conjunto arquitetônico medieval, na contemplação de uma pintura quinhentista ou, ainda, no amor a Rabelais, sugerem a complexidade do paradigma da descontinuidade radical de Febvre. A longa tradição de estudos batizada pela crítica romântica e neokantiana de “Renascimento” legitimava a possibilidade de um afeto gerado pelo contato com Rabelais. Afinal, além de produzir conhecimento crítico acerca do passado, seu estudo proporcionava uma leitura reconfortante, inspiradora (LILTI, 2012, p. 70), e que, ao contrário de outros elementos daquele mesmo passado, parecia sobreviver ou reviver ao sabor de cada leitura e de cada menção pública. Ficamos com a impressão de que o tempo do historiador, calcado numa concepção cronológica alicerçada pelos procedimentos do campo acadêmico que compunha, fundia-se com o tempo da memória literária, destinada a, como destaca Antoine Lilti, “perpetuar o passado no presente” (LILTI, 2012, p. 71).

Descrever os protocolos de Lucien Febvre como ingenuidade ou incongruência seria altamente inadequado, à medida que nos faria perder de vista um dado essencial: o apego aos livros de Rabelais e à própria imagem psicológica de um homem “Rabelais” suposto pela historiografia não era mero fetichismo, mas indício da cristalização de certos paradigmas ao longo dos muitos tempos de seus usos, o que acarretou a desfiguração da primeira legibilidade normativa em que se inseriam e, ao mesmo tempo, sua sobrevivência na memória social.

Antoine Lilti advoga que levar esses fenômenos em conta é marca de uma história intelectual que se interroga também enquanto história cultural, uma vez que se acredite que os objetos que arrefecem na poeira dos arquivos o fazem não porque estivessem ontologicamente fadados a tanto, mas, antes, pelo resultado de múltiplos processos de translação diacronicamente distribuídos (LILTI, 2012, p. 73). Os objetos podem ter, por seu turno, durações diversas, persistindo após seu contexto inicial de confecção, mas não o suficiente para prosperar em nosso tempo. Outros podem ser reciclados mais vezes, estetizados e ressignificados até que se tornem capazes de nos convencer de que dizem algo perpetuamente valioso, instruindo e orientando práticas culturais, ou mesmo regulando a distinção social, como ocorre com o que se convencionou chamar de “cânone literário”. Cânone, afinal, é exclusão polêmica (ou afetação da exclusão como consenso), e esse caráter restritivo (DURÃO, 2014, p. 614), celebrado em nome dos valores e poderes de cada conjuntura, atua decisivamente nos padrões de durabilidade mencionados.

Se o ofício do historiador acaba muitas vezes definido precisamente a partir da busca do que se tornou alteridade de modo irremediável, sob o risco de tornar-se um “hermeneuta entre outros”, é inegável que a historicização de seus objetos propicia a reintrodução das diversas camadas de descontinuidade que cada material contém, isto é, suas mediações históricas. Ainda segundo Lilti (2012, p. 76), a consciência da sedimentação que acomete várias práticas letradas tem o benefício de desencadear uma história intelectual altamente reflexiva. Ela propõe equidistância entre uma genealogia das práticas, limitada por sua busca desmedida de precursores, e uma arqueologia delas, “demasiadamente preocupada com as descontinuidades”.

Esse estratagema parece particularmente adequado à recomposição historiográfica que, como elemento de toda pesquisa ou *per se* (como no caso de uma história intelectual de subgênero “história da historiografia”), orienta o pesquisador na escolha e no desenvolvimento de determinado tema. Se, por exemplo, a recuperação da primeira legibilidade normativa de textos datados permitiu-nos abandonar o aparelho hermenêutico romântico na escrita de uma história das práticas letradas modernas, isso se deu precisamente pelo reconhecimento de que os aparelhos críticos do historiador, como a filologia, e a fortuna crítica que lhe ampara, como a historiografia, também devem ser historicamente escrutinados (HANSEN, MOREIRA, 2013, p. 12-21).

Portanto, seria salutar um mapeamento regressivo dos discursos e regimes discursivos que pautaram a leitura dos objetos em seus momentos determinantes de sua recepção. O artigo ampara-se nessa metodologia, ainda que se restrinja a um primeiro passo em direção a estudo mais abrangente sobre a fortuna crítica de nosso objeto de pesquisa, a dita “querela dos antigos e dos modernos”. Notamos, de saída, que há muito a desobstruir caso queiramos recolocar hipoteticamente os sentidos verossímeis dos indícios que sobreviveram aos eventos abrigados sob essa chancela. Ao mesmo tempo, fica claro que uma história do consumo dos discursos originalmente produzidos na corte francesa em finais do século XVII e início do XVIII ajuda-nos a enxergar como eventualmente extrapolaram o silêncio dos arquivos.

O LUGAR DA “QUERELA” NO PARADIGMA DA MODERNIDADE

No tempo em que ainda era possível chamar letrados de gladiadores sem propósitos satíricos, Simon Augustin Iraitlh editou um livro que viria a gozar de enorme renome. *Querelles littéraires, ou Mémoires pour servir à l'histoire des révolutions de la république des lettres, depuis Homère jusqu'à nos jours*, impresso em 1761, era arguto na escolha dos episódios narrados e extremamente engenhoso ao comentá-los, a ponto de sua autoria ter sido atribuída a Voltaire (VAPEREAU, 1876, p. 1072).. As razões da fortuna do livro do abade Iraitlh foram aquelas definidas no momento de seu primeiro consumo; o livro foi pioneiro tanto na forja do conceito de “querela” quanto ao se investir da posição de primeira tentativa de aglutinar todas as grandes controvérsias do século XVII francês num único estudo.

Ao afirmar que sua obra não era de modo algum uma sátira, Iraitlh manifestava interesse em negar o apoio ao “ódio” e às “injúrias” que teriam motivado as querelas. Esse pressuposto, que diz muito das opiniões de Iraitlh sobre os participantes delas, deveria ser substituído pela pretensão de retomar suas origens e desdobramentos. Para Iraitlh, era desejável que os participantes de querelas aprendessem a respeitar uns aos outros, a temer pelo destino de seus semelhantes, a melhor utilizar os dons que receberam da natureza, ou seja, o “gênio”². Portanto, seu livro não apenas reconstituía episódios célebres, embora esse fosse o objetivo principal³, mas também advogava um método para aqueles que quisessem se engajar nesse tipo de atividade.

² “On voudroit qu’ils apprissent à se respecter eux-mêmes, à craindre les écarts & le sort de leurs semblables; à mieux user des dons qu’ils ont reçus de la nature; à ne se point rendre le jouet du public” (IRAILH, 1761, p. v).

³ “Notre but principal est de contribuer à l’utilité du lecteur par le tableau des querelles littéraires”. (IRAILH, 1761, p. vi).

A utilidade das querelas seria fomentar determinado assunto nos círculos letrados, pois o aprendizado só se confirmaria mediante intensas discussões⁴. Portanto, se bem utilizadas, elas seriam instrumentos pedagógicos essenciais. Mas isso não era tudo. Afinal, as pretensões de um uso louvável geralmente malogravam em função do abandono da autoridade dos argumentos em prol das “paixões” dos homens que os produziam. “As paixões cegam”, afirma Irailh, “e perdemos de vista o fundo da questão, para nos ocuparmos das personalidades”⁵. Mesmo os impressores seriam afetados por escolhas “apaixonadas”, na medida em que não conseguiriam distinguir entre os bons exemplos de querelas, ou seja, aquelas que instruem por meio da vivacidade das discussões, e aquelas consideradas perniciosas, tidas por contendas desencadeadas por causa de sentimentos vãos. Curiosamente, se Irailh (1761, p. viii) critica o culto às “personalidades”, também indica que os “autores” são decisivos para separar querelas úteis das improdutivas. Essa distinção importa na medida em que demonstra a pretensão de um corte entre “personalidades”, isto é, opiniões sentimentais, e “autoridades”, opiniões ponderadas de homens tidos por sábios.

Os letrados escolhidos para o estudo de Irailh foram os “conhecidos”. A autoridade que seus nomes conquistaram ao longo do tempo teria sido a razão pela qual puderam superar o esquecimento dos tempos, como era o caso da maioria das querelas. A seu ver, foi a “singularidade” que os salvou do desinteresse futuro⁶. Essa escolha prova-se de fundamental importância. De um lado, ela refrata uma posição defendida pelos próprios participantes das controvérsias, que emulavam seus concorrentes no âmbito de um regime discursivo retórico⁷ de modo a ocupar um lugar destacado nos gêneros de escrita a que se dedicavam. De outro, a leitura de Irailh reconfigura aquela atividade, pública e desprovida dos sentidos de autoria e subjetividade psicológica, em prol do louvor ao “gênio”. O gênio atribuído pela “natureza” associava-se, em seu juízo, a um “espírito” particularmente dotado, fazendo do par romântico-liberal “mão/mente” (CHARTIER, 2014) a razão do sucesso de cada letrado e cada querela. Desse modo, ao propor um “quadro” factual das querelas, Irailh acabou introduzindo um fator

4 “Ajoutons que les objets ne s’arrangent & ne se gravent jamais mieux dans l’esprit, que lorsqu’ils ont été vivement discutés”. (IRAILH, 1761, p. vii).

5 “Les passions aveuglent. On perde de vue le fond de la question, pour se jeter sur les personnalités”. (IRAILH, 1761, p. viii).

6 “Il ne paroît guère ici sur la scène que des combattans dont le nom est connu. Quelque petit que soit l’objet de leurs querelles, c’est le moyen de lui donner une sorte d’importance. On s’est borné à celle que leur singularité a sauvées de cet oubli profond auquel les écrits polémiques sont d’ordinaire condamnés”. (IRAILH, 1761, p. xii).

7 “Para falar das técnicas retóricas, é preciso pensar na longa duração da ‘instituição retórica’, que os romanos chamaram de consuetudo, ‘costume’, e lembrar as multiplicidades incontáveis dos tempos das muitíssimas famílias artísticas e suas amizades e inimizades que coexistem em cada um dos muitos presentes possíveis de inventar na instituição. Dos muitos tempos gregos, egípcios e asiáticos que existiram no presente de Platão e de Aristóteles até os muitos tempos do presente da revolução romântica, que subjetivou todas as práticas do discurso no final do século XVIII, tempos que duram até agora na crença singelamente silvestre de que é possível falar sem artifício, as técnicas retóricas de produção do enunciado pressupuseram fundamentos metafísicos, Ser, Ideia platônica, Motor imóvel aristotélico, Deus cristão etc., e o ‘costume’ de reger o discurso e outras artes não discursivas com preceitos da mimesis, definida por gregos como a produção humana que emula a produção da physis e como as diversas espécies latinas de imitação e emulação verossímeis de discursos tidos por verdadeiros. Quantos tempos há em cada um desses presentes do passado que inventam o discurso? Em cada um dos muitos que hoje é possível imaginar na longa duração da ‘instituição retórica’, coexistem temporalidades heterogêneas, como as das múltiplas versões gregas, latinas e cristãs da mimesis, transformadas em atos contingentes de invenção de discursos que transformam matérias inventadas por outros atos de outros tempos descontínuos, que são simultâneos no presente de cada um deles.” (HANSEN, 2013, p. 14)

interpretativo essencial; ele representa de modo bastante significativo o longo processo de “virada” de um regime retórico a um regime literário ou psicológico, majoritário a partir dos anos 1850 (LIMA, 2006, p. 135).

Um dicionário publicado em 1690 ajuda-nos a reforçar esse entendimento ao propor o “gênio” tanto como “um demônio bom ou mau que os antigos acreditavam acompanhar os homens ilustres”, ou seja, uma característica associada, e não propriamente pertencente ao indivíduo – um “anjo guardião”, como então se dizia (MCMAHON, 2013, p. 164), quanto como a concórdia necessária à sobrevivência de qualquer sociedade. “Para fazer uma sociedade que dure”, afirma o redator, Antoine Furetière, “é necessário que ela se estabeleça entre pessoas de mesmo gênio; um homem não pode ser bem-sucedido quando ele impõe seu gênio”⁸. Ou seja, a concórdia deriva da paz social instituída pelos usos sábios da genialidade (fosse ela interior, inerente ao indivíduo, ou exterior, atribuída a ele), que fariam avançar o conhecimento sem provocar controvérsias perniciosas à comunidade letrada. Era, em suma, preciso ser “genial” sem ser “genioso”.

Outra característica descrita pelo abade que viria a gozar de grande repercussão em estudos futuros é a noção de que as querelas são inerentes à vida letrada. Ele insistia que “em todas as épocas, em todas as nações – da Grécia à Itália – onde as ciências e as artes floresceram, o espírito de inveja e de cizânia sempre as acompanharam”⁹. Tratava-se de uma “doença” que acompanhava as grandes realizações do espírito, especialmente nos lugares e tempos em que houvesse letrados particularmente tocados pelo gênio (IRAILH, 1761, p. ix). Nesse sentido, mostrava afeição ao “magistério moral da história” (LOPES, 2015), essencialmente marcado pela situação agonística dos discursos letrados. Ora, em seu juízo, toda leitura da história destinava-se a tomar ciência das ações singulares de homens ou sociedades, o que imprimia um aspecto de rivalidade aos usos que se fazia dos *exempla* antigos e modernos¹⁰.

8 “GENIE. Subst. Masc. Bon ou mauvais Demon que les Anciens croyoient accompagner les hommes illustres. Apulée a fait un Traitté du Genie de Socrate. Les Poëtes ont attribué à chaque chose et à chaque lieu un Genie ou Divinité qui y presidoit, et ont fait parler souvent le Genie du lieu, le Genie du temple, etc. Se dit dans le Christianisme des bons Anges qui accompagnent les hommes, ou qui sont donnez aux Estats et aux Eglises pour les proteger. Le bon Genie de la France a preservé son Roy dans la bataille. Se dit aussi du talent naturel, et de la disposition qu’on a à une chose plustost qu’à une autre. Pour faire une société qui dure, il faut qu’elle soit faite entre personnes de même genie. Un homme ne sçaurait reüssir, quand il force son genie. Il faut du génie pour la Poësie. Cet homme est un vaste génie, qui est capable de tout. Il faut que chacun suive son genie, son inclination. Ont dit aussi pour accuser un homme de foiblesse, ou de peu d’esprit, que ce n’est pas un grand genie” (FURETIÈRE, 1690).

9 “Dans tous les âges, chez toutes les nations où les sciences & les arts ont fleuri, l’esprit de jalousie & de division les a toujours accompagnés. Il les suivit de la Grèce en Italie”. (IRAILH, 1761, p. viii).

10 “Nessa intenção de perpetuar o conhecimento das atitudes memoráveis dos homens ilustres, e até as conquistas das grandes nações, infiltrava-se nos textos o espírito de rivalidade, pois se tratava comumente de ombrear, ou até ultrapassar em honras e merecimentos, os sucessos precedentes. O desejo de assemelhar-se a modelos notáveis pela imitação dos exemplos que deixaram à posteridade possuía uma evidente natureza competitiva” (LOPES, 2015, p. 566).

A presença das querelas seria parte das “revoluções contínuas¹¹ da república das letras”, de modo que, ao seguir o fio de suas continuidades, poder-se-ia perceber o “progresso do gosto”, a “marcha do espírito humano”. A bem pensar, sugere Irailh, seu livro, “caso melhor executado”, poderia resultar num “curso de literatura”¹², e mesmo em lições de política, uma vez que as disputas eram, a seu ver, parte do “crescimento da República”, apesar de seu caráter nocivo (IRAILH, 1761, p. xv).

Parte dos debates levantados por Irailh foram recuperados por propostas epistemológicas bastante distintas. É o caso do projeto de história da literatura liderado por Gustave Lanson no início do século XX. Lanson propunha o desenvolvimento de uma matriz sociológica para os estudos de literatura calcado no entendimento de que qualquer escrito é um “fato social”. Em sua perspectiva, não é possível pensar em literatura sem um público bifronte, constituído pelos leitores da obra e por aqueles com quem o autor dialogou e/ou rivalizou na trajetória de sua concepção. No lugar do predomínio das “paixões”, pretendia-se privilegiar a racionalidade que governava as relações de um indivíduo com seu grupo. Este nada mais seria do que o “núcleo” receptor da vida coletiva ao seu redor (LANSON, 1904, p. 630-631). Portanto, as rivalidades literárias deixam de ser a “doença” da história ou o fulcro de seu magistério moral, passando a figurar como mecanismos de produção de um público. A “influência” e a “tradição” teriam por filtro essa constante mutação dos gostos sociais e as tentativas de domesticá-lo por vetores do poder político-cultural. No lugar um “eu” isolado em sua obra, da presença solar da personalidade, comparece a interação entre um escritor, os constrangimentos de seu tempo e a tensão com o passado¹³.

Nenhum escritor escreveria para si mesmo. Ainda que isolado na tarefa de criar, ele teria em mente um panteão de concorrentes; Augusto e Mecenas para Horácio, afirma Lanson, La Rochefoucauld e Comté para Boileau, Homero e Virgílio para Racine. A dinâmica dessas interações permanentes fazia do “eu de um poeta” “o eu de um grupo” (LANSON, 1904, p. 627). Ao mesmo tempo, o panteão da antiguidade não estava imune ao desgaste. Teria sido precisamente a querela dos antigos e modernos francesa a responsável por seu deslocamento para as margens do valor social. Com a vitória dos “modernos” – e, por conseguinte, da

11 O sentido do termo “revolução” em Irailh ainda é o celeste, que enfatizava a eterna continuidade e repetição de determinados eventos, e não o que iria se solidificar a partir da revolução francesa, ou seja, revolução como ruptura de uma ordem instituída.

12 “Au milieu de toutes ces disputes, soutenues de part & d’autre avec tant de chaleur, à travers ce fatras d’injures & de libelles, parmi ces révolutions continuelles de la république des lettres, le lecteur pourra suivre le fil de nos connoissances, les progrès du goût; la marche de l’esprit humain. Ce projet, mieux exécuté, offriroit un excellent cours de littérature.” (IRAILH, 1761, p. xiv).

13 “Nous avons substitué partiellement à l’idée de l’individu l’idée de ses relations à divers groupes et êtres collectifs, l’idée de sa participation à des états collectifs de conscience, de goût, de mœurs. Nous avons remarqué dans sa personnalité des parties qui ne sont que les prolongements d’une vie sociale extérieure et antérieure à elle. Nous avons réduit cette personnalité à être – partiellement (pour ne pas dépasser notre connaissance par notre affirmation) – un foyer de concentration de rayons émanés de la vie collective qui l’enveloppe. Notre étude tend à faire de l’écrivain un produit social et une expression sociale” (LANSON, 1904, p. 630-631).

“sensibilidade” – todo o repertório “clássico” teria esmorecido, dando vazão a um novo tipo de concorrência, a saber, aquela das obras estrangeiras (LANSON, 1904, p. 637).

O pendor sociológico da proposta de Lanson não constrangeu a emergência de uma perspectiva ancorada em princípios teleológicos, como aquele que condicionou sua interpretação de que o resultado da querela dos antigos e modernos francesa seria o ápice do “classicismo” e consequência inevitável da “modernidade” dos gostos. Aliás, sua *Histoire de la littérature française* privilegia um vocabulário até certo ponto atinente às explicações que a precederam. Em vez de “doença do espírito”, a literatura era descrita a partir de “germes” e de sua “eclosão” (quando referia-se ao classicismo), e a história era vista como um “rio” ou “corrente”; nesse sentido, a querela seria expressão de motivos profundos, inconscientes e públicos lineares ao longo da história, cuja consequência mais evidente seria, enfim, o rompimento com a alteridade e a contingência (SEBA, 1974, p. 54)¹⁴. A história literária de Lanson sinaliza para uma confirmação do diagnóstico de Lilti ao postular um programa que padroniza o conflito e a circunstância em nome da preservação da utilidade pedagógica das (e, por quê não, da empatia com) práticas culturais em questão.

As coordenadas teleológicas no estudo das controvérsias vincula-se, em maior ou menor grau, a outros estudos. Consideremos, por exemplo, Hippolyte Rigaud e sua *Histoire de la Querelle des Anciens et des Modernes*, de 1856. Nele, lemos que, apesar da proeminência da disputa entre antigos e modernos na França, nenhum bom livro teria surgido sobre o assunto, o que teria motivado Rigaud a investir no tema. Rigaud critica implicitamente o empreendimento de Irailh, salientando que seria “loucura” debater as querelas tendo em vista a supremacia de um ou outro escritor. Se elas são de fato intermináveis, é porque ocorrem em torno de valores “afetivos”. Ainda que pensemos que o grande interesse de uma querela é a vitória de dado autor ou ideia, o que estaria de fato em questão, segundo Rigaud, são os gostos¹⁵.

Assim, estudar adequadamente a “querela dos antigos e dos modernos”, exigiria atenção à “ideia filosófica” então em pauta, a saber, o progresso do espírito rumo à independência “moderna”, resultante do rompimento com o sistema intelectual antigo¹⁶. Não se tratava de

14 “Ces exemples montrent clairement que le but de la téléologie est de réduire l’Autre au Même, de récupérer Montaigne au profit du positivisme, La Bruyère au profit du naturalisme, etc., bref de dessiner la clôture d’un modèle de lecture des oeuvres du passé à l’intérieur duquel règne la répétition des principes esthétiques les mieux en accord avec l’idéologie littéraire à laquelle s’est rallié l’historien.”

15 “Disputer sur la prééminence de l’Arioste ou du Tasse, c’est folie. Ces controverses sont interminables. On croit disputer sur la supériorité de génie d’un écrivain; on ne dispute au fond que sur la supériorité de son propre goût. C’est notre préférence que nous voulons faire prévaloir. Or une préférence, c’est une affection, et les affections ne se discutent pas comme les idées” (RIGAULT, 1856, p. ii).

16 “C’est qu’en effet la querelle des anciens et des modernes n’est pas une frivole question de préséance. Au fond du débat il y avait une idée philosophique, une des plus grandes qui puissent être proposées à l’esprit humain, parce qu’elle intéresse la dignité de sa nature, l’idée littéraire corrélatrice, l’idée de l’indépendance du goût et de l’émancipation du génie moderne, affranchi de l’imitation des anciens”. (RIGAULT, 1856, p. ii-iii).

um “problema escolar”, mas de averiguar o progresso do espírito humano rumo ao estado civilizatório corrente, isto é, a “modernidade”.

O “projeto da modernidade” também foi enfatizado por Paul Hazard em seu célebre *Crise da consciência europeia*, de 1935. Hazard propunha que o abandono do “antigo”, de que a “querela dos antigos e modernos” seria não a elucidação, mas o signo, devia-se à tendência de percebermos o passado como um território cada vez mais “inconsistente”, “indeterminado” e “sempre falso”. Graças ao avanço de um “pirronismo histórico”, sinalizado pelo alargamento das dúvidas quanto às cronologias bíblicas e às histórias greco-romanas, uma “dúvida” teria instalado na “consciência” dos historiadores do século XVII francês (HAZARD, 1994, p. 26). “Modernos” como Charles Perrault teriam seguido o cartesianismo ao afirmar que um “*honnête homme*” não precisaria mais se ocupar do conhecimento do latim e do grego; Malebranche, por seu turno, insistia que os historiadores “contam o pensamento dos outros, mas não pensam”. Adão possuía a “ciência perfeita” no Paraíso, e a história não constava dela; os homens de Port-Royal a consideravam *libido sciendi*, sendo a história sua “inimiga pessoal” (HAZARD, 1994, p. 30). Nota-se que a perspectiva de Hazard reencontra as análises anteriores na medida em que as controvérsias são *sintomas* de uma crise que, a seu ver, localizava-se na História. Mesmo o passado romano, até certo ponto protegido pelo “partido dos modernos”, passou a ser considerado “fabuloso”¹⁷, acarretando o abandono de “aparelhos intelectuais” de longa duração em prol de um novo preceituário fundado durante a controvérsia. Fontenelle, “campeão do partido dos modernos”, teria advogado, a partir dessas considerações, que o presente deveria se importar apenas com o presente. A educação somente se harmonizaria com o novo espírito do tempo na medida em que as crianças deixassem de estudar histórias greco-latinas para se dedicar “à época em que vivem”¹⁸. Assim, a vitória do “partido moderno” seria a vitória da modernidade e da razão. *Ratio vincit, vetustas cessit*.

Essa questão foi recolocada por Hans Baron em seu ensaio sobre a “querela dos antigos e modernos”. *The querelle of the ancients and the moderns as a problem for Renaissance scholarship*, publicado em 1959, realiza um balanço dos estudos realizados até então, definindo o papel central do livro de Hippolyte Rigaud. Assimilando também as observações de Hazard, Baron afirma que até então foram raros os que consideraram a querela como um novo estágio na

17 “Mais non; on devait en rabattre, et corriger, à grand chagrin, la fausse image de ces amis très chers. Peut-être même fallait-il se persuader qu’ils n’étaient que des fantômes; le jour allait paraître, ils se dissipaient dans les airs. Une voix, qui n’était jamais vaine, déjà les avait dénoncés comme irréels. Elle osait dire que les hommes étant toujours les mêmes, puérils, vaniteux, crédules, et particulièrement sensibles sur la question de leurs origines: tels ils sont aujourd’hui, revendiquant pour la nation à laquelle ils appartiennent de vains titres d’ancienneté, et tels ils étaient jadis. Les Romains inventaient des chimères que nous avons acceptées, que nous avons chéries”. (HAZARD, 1994, p. 31).

18 “Voilà tout ce que l’histoire peut donner, d’après ce moderne, champion des Modernes dans la grande Querelle. Que le présent s’occupe du présent! On emploie plusieurs années, dans les écoles, à faire lire aux jeunes gens les historiens de Rome: comme on ferait mieux de les instruire de l’époque dans laquelle ils sont appelés à vivre! Car enfin, on ne voit pas bien quelles lumières on pourrait tirer pour les affaires de notre temps, d’un Cornelius Nepos, d’un Quinte-Curce, ou de la première décade de Tite-Live; quand même on en aurait appris tout le contenu par coeur, quand même on aurait dressé une table exacte de toutes les expressions et sentences qui sont enfermées dans ces écrits. Il est inutile de savoir précisément le nombre des vaches et des moutons que les Romains menaient avec eux lorsqu’ils triomphèrent des Équiculus, des Herniciens et des Volsques. Mais le présent, mais la vie, mais l’avenir, appellent et enivrent”. (HAZARD, 1994, p. 41)

história do pensamento. Ela teria sido apenas um capítulo no processo mais amplo de “revolta” contra a “tradição antiga”¹⁹.

Esse processo seria caracterizado pela capacidade de comparação simétrica com os “antigos”, à medida que eles deixassem de ser considerados intrinsecamente superiores aos “modernos”. Desse modo, o sentido das afinidades entre Perrault, Fontenelle, Descartes e a nova ciência natural ficaria evidente. Afinal, os progressos técnicos do início do século mostravam que os homens de outrora não eram superiores aos homens do presente do ponto de vista de seu intelecto, de modo que a assim chamada “conquista da razão” teria resultado na dita “modernidade”. No geral, o esforço do “partido moderno” teria sido o de convencer os círculos letrados franceses de que autores coevos eram superiores aos “clássicos” greco-latinos. A dinâmica “autoral” da querela, que, como vimos, remonta ao século XVIII, a teria tornado menos interessante aos olhos dos estudiosos, que a julgavam indício de que os debates circunscreviam-se à “disputa literária”. De acordo com Baron, foi nos anos 1920 que isso mudou, com os estudos de John B. Bury (*The idea of progress*) e de Richard F. Jones (*The background of the battles of the books; Ancients and moderns*, de 1936), primeira descrição da querela inglesa (BARON, 1959, p. 4).

Ambos consideravam que o Renascimento era o empecilho a travar os avanços científicos da modernidade. Os humanistas teriam meramente substituído as autoridades da escolástica por aquelas do mundo antigo. Sem notar a presença da instituição retórica e do caráter público e anonimamente compartilhado da escrita, justamente por causa do acento na personalização dos debates, Jones sugeria que a “imitação servil” dos “humanistas” produziria hábitos de pensamento que bloquearam o progresso. Os letrados do XV e do XVI passam, assim, a deixar de ser os responsáveis pela inauguração da modernidade, recebendo a alcunha de “tradicionalistas” (BARON, 1959, p. 5). Se essas teses estivessem corretas, o entendimento do Renascimento como início da modernidade estaria arruinado. Mas Baron lembra que incorrer nessa leitura seria o mesmo que adotar a visão humanista da Idade Média, e discorre amplamente contra essa perspectiva.

Neste ponto, é preciso levar em conta o debate específico a que Baron se voltava. Afinal, era importante para ele defender o Renascimento enquanto sólido marco da modernidade, uma vez que sua conhecida tese sobre o humanismo cívico vinculava-se a essa noção. Sua defesa caminhava no sentido de negar a “imitação servil” dos humanistas, que seria apenas um estágio do aprendizado. O “progresso” seria alcançado por meio da emulação²⁰, e mesmo o repertório científico eventualmente adquirido dependeria dela. A expansão ultramarina portuguesa é citada por Baron como exemplo do casamento entre conhecimento antigo,

19 “For a long time, however, the word rarely served as a label for a new phase in the history of thought; rather, it signified only the revolt against the tradicional acceptance of Antiquity as a superior model in literature and art”. BARON, 1959, p. 3)

20 “The fact that aemulatio, instead of imitatio, became the battle-cry of the best humanists from Poliziano in Lorenzo de Medici’s Florence to Erasmus and subsequently throughout the sixteenth century, is today a commonplace.” (BARON, 1959, p. 15).

emulação e experiência, condimentos da experiência “moderna” (BARON, 1959, p. 16). De todo modo, sua interpretação mantém as controvérsias seiscentistas, especialmente a “querela dos antigos e modernos”, assimiladas a processos mais abrangentes.

REVISIONISMO CRÍTICO

Joseph M. Levine contribuiu decisivamente para os estudos das controvérsias com a publicação de *Ancients and Moderns reconsidered*, de 1981. Para ele, muito embora toda a história das ideias pudesse ser descrita como um estado de “querela entre antigos e modernos”, os eventos do fim do século XVII teriam sido específicos porque lidavam com um conjunto determinado de ideários polêmicos. Precisamente por isso, o sentido do embate entre o sistema de pensamento antigo e as propostas de ruptura “modernas” requeria urgente reavaliação (LEVINE, 1981, p. 72). Levine retoma a “tópica” da querela como circunstância da prática intelectual, mas procura repensar o confronto entre os partidos, advogando pela especificidade e importância do evento. Nesse sentido, rejeitava as teses clássicas de que as querelas eram somente disputas *ad hominem* sem maiores consequências para a história do pensamento ocidental, rotina que, a seu ver, prejudicava livros como o de Hazard (LEVINE, 1981, p. 73).

Uma das maneiras de tornar o estudo da querela mais específico seria reavaliar seus episódios a partir dos métodos historiográficos contemporâneos. Afinal, a única descrição abrangente da querela estava no livro de Rigault, publicado em 1856. Para a querela inglesa, havia a introdução de *A Tale of a Tub* na edição de Oxford (1958), que, contudo, não passava, a seu ver, de um mero relato factual (LEVINE, 1981, p. 75-76). Nesse sentido, a “querela” deveria ser analisada nos termos de um relacionamento direto (atestado pelas fontes) entre franceses e ingleses no fim do século XVII (LEVINE, 1981, p. 74).

O caráter “internacional” das ideias que viriam a compor o núcleo da “querela dos antigos e modernos” mostraria suas dívidas com a cultura do Renascimento. Levine nota que essa “influência” foi particularmente relevantes no século XVII francês. Os debates em torno da “querela francesa” teriam sido mediados pela experiência humanista, e motivos eruditos teriam estado na base de argumentos de ambos os partidos. A partir do início do século XVIII, a querela teria perdido progressivamente esse caráter humanista, ganhando força enquanto “debate literário” (LEVINE, 1981, p. 76).

Levine relativiza a associação direta entre o “partido dos modernos” e a “modernidade”. Seu artigo salienta que o desinteresse pela querela pode ter vínculos com a noção de que os

modernos não só venceram a disputa, como haveriam de vencê-la sempre, uma vez que se escudavam no inexorável progresso e no virtualmente inevitável declínio dos antigos. Se o “partido dos modernos” não fosse mais caracterizado assim, sua historicidade poderia ser recuperada. Os efeitos dessa postura seriam imediatos; muitas ações dos partidários do “antigo” poderiam ser lidas como “modernas”, enquanto diversas estratégias do “partido moderno” derivariam de procedimentos “antigos”²¹.

A ênfase na sobrevivência da antiguidade demonstra em que medida as reações “modernistas” não devem ser lidas como “sistemas intelectuais” substitutos, mas como circunstâncias pontuais de questionamento que não foram capazes, senão a partir de meados do século XVIII, de corroer a longa duração a subsidiar aquelas práticas. A grande questão passa a ser, então, a análise dos dispositivos antigos, lugar por onde deveriam começar todos os estudos de controvérsias seiscentistas (LEVINE, 1981, p. 78). Nesse sentido, seria fundamental dissipar concepções “ideológicas” dos “partidos”, pois ambos compartilhavam um mesmo regime escriturário.

Um exemplo fundamental dado por Levine é o do erro em que incorreríamos ao associar a ruptura do “partido dos modernos” à “modernidade” sem notar que essa associação deriva dos muitos e variados usos de tópicos antigos, como nos indica o *Diálogo dos oradores*.

Uma vez mais, o terreno foi preparado na Antiguidade, onde o debate sobre estilo e a imitação, sobre a eloquência tradicional *versus* a nova haviam se tornado lugares-comuns, particularmente no período clássico tardio. Então, por exemplo, quando Tácito, no pequeno diálogo sobre a oratória que lhe é usualmente atribuído, debateu as virtudes de Cícero como se opostas a tipo mais “moderno” de latim, o estilo conciso e direto do Império, ele estava ensaiando argumentos que viriam a ressoar novamente da Itália renascentista ao século dezoito. E não é nenhum acidente que o célebre diálogo de Erasmo, o *Ciceronianus*, em que os argumentos de Tácito são repetidos com muitos outros empréstimos clássicos, tenha sido reimpresso em Oxford em 1693, exatamente na véspera da “batalha dos livros” (LEVINE, 1981, p. 80)²².

21 “Thus, paradoxically, an ancient could in certain circumstances appear to be a modern, as we shall see the moderns, more closely examined, could sometimes turn out to be ancients”. (LEVINE, 1981, p. 78).

22 “Once again, the groundwork was prepared in Antiquity where the argument over style and imitation, over the new as against the traditional eloquence, had become commonplace, particularly in late classical times. So, for example, when Tacitus in the little dialogue on oratory that is usually attributed to him, debated the virtues of Cicero as against a more ‘modern’ kind of Latin, the concise and pointed style of the Empire, he was rehearsing arguments which were to resound again from the Italian Renaissance to the eighteenth century. And it is no accident that Erasmo’s famous dialogue, the *Ciceronianus*, where the arguments of Tacitus are repeated with many other classical borrowings, was reprinted at Oxford in 1693, on the very eve of the battle of the books”.

Assim, os diversos âmbitos das controvérsias (retórica, filosofia, etc.) foram calcados em emulações que não portavam o sentido de “modernidade”. O único fio condutor a integrar as ramificações das controvérsias seria precisamente a história, seus sentidos e métodos de estudo. É com o passado que elas se relacionavam de maneira mais intensa. Mais especificamente, o passado era território comum onde os “partidos” se opunham em busca de autoridade²³.

A lacuna detectada por Levine ao constatar que não havia um único relato das controvérsias francesas desde o livro de Rigaud foi suplantada por Marc Fumaroli. No ensaio *Les abeilles et les araignées*, que serve de introdução a sua antologia de textos das “querelas”, Fumaroli fornece um panorama abrangente, detectando possíveis origens para as “batalhas” que opuseram Perrault, Boileau e seus respectivos aliados no fim do século XVII. Segundo Fumaroli, qualquer estudo sobre essas controvérsias deveria levar em conta letrados do século precedente, pois as primeiras manifestações de um “partido moderno” teriam despontado com Petrus Ramus, “iniciador de uma reforma antiaristotélica da retórica que funde dialética e retórica, e que dissocia a invenção e a disposição da elocução”²⁴. Bodin, em seu *Methodus* (1566), teria advogado a superioridade dos tempos modernos, ocorrendo o mesmo em Louis le Roy (*La Vicissitude*, 1575). Ainda de acordo com Fumaroli, o estado da questão “foi fixado pelos *Ensaio*s de Montaigne, talvez o livro mais lido²⁵ na França e na Europa ao longo do século XVII” (FUMAROLI, 2001, p. 9).

No entanto, Fumaroli considera que a relação de Montaigne com o mundo antigo deu-se mediante uma tensão, pois Montaigne teria manifestado interesse em relacionar-se com as “almas fortes” da antiguidade “sem subserviência”. Para ilustrar essa ideia, teria recorrido (*Essais*, I, 26) à “fábula da *fécondité générale*” presente em Erasmo e Horácio. Tudo isso faz Fumaroli concluir que Montaigne é o arquétipo dos “antigos” nas querelas que viriam a se instituir²⁶.

O fundador do “partido dos modernos” teria sido Richelieu, que, ao criar a *Académie Française* em 1635, investiu no projeto da monarquia universal de nobilitação da língua francesa, enaltecida como o “latim dos Modernos”. Assim, ao redor dos anos 1640, o público restrito de letrados capazes de se comunicar em latim começou a sofrer com a concorrência do francês, mudando a face da “República das Letras”. O consumo, contudo, variava de academia para academia, de círculo para círculo. Certos eruditos, como Dupuy, mantinham

23 “History was the rub of the contest because wherever one started, whether it was with literature or philosophy, the arts or the sciences, the dispute was always about the purposes of the past, about its usefulness and authority in the present”. (LEVINE, 1981, p. 84).

24 “[...] initiateur d’une réforme anti-aristotélicienne de la rhétorique qui fait fusionner dialectique et rhétorique, et qui dissocie de l’élocution l’invention et la disposition”. (FUMAROLI, 2001, p. 8)

25 Importa precisar que a afirmação procede apenas parcialmente, pois Montaigne é relativamente pouco citado nas primeiras duas décadas do século XVII. Uma apreciação geral de sua recepção neste contexto foi disponibilizada por (MILLET, 1995).

26 “Il faut toujours revenir aux *Essais* pour comprendre l’étonnante résistance et fécondité du parti des Anciens au XVIIe et au XVIIIe siècle” (FUMAROLI, 2001, p. 10-12).

grupos para o resgate dos “antigos”. Mulheres “d’esprit” e academias de físicos e matemáticos orientavam-se diversamente. Nos últimos, Fumaroli enxerga a origem da “nova ciência” (FUMAROLI, 2001, p. 15).

O consumo das “honnêtes gens” retirou dos letrados da República das Letras “internacional” o privilégio de distribuição do prestígio, o que se refletiu na preferência por livros breves e desprovidos de “pedantismos”, como as publicações de imensas enciclopédias contendo lugares-comuns de *auctoritates* antigas. O conhecimento dos antigos deveria ser idealmente alcançado apenas com a leitura das “belles infidèles”, edições de textos greco-latinos que recebiam traduções “atualizadas”. Ao longo do século XVII e início do século XVIII, a infidelidade sugerida por esse apelido passa a ganhar contornos positivos. A infidelidade ao contexto de origem significava adaptação aos anseios “modernos”. Nesse sentido, o sucesso das “belles infidèles” seria indício de que mesmo entre os “modernos” permanecia aceso o pendor pelos “antigos”, ainda que com numerosas nuances (FUMAROLI, 2001, p. 17-18).

Essa passagem é determinante para percebermos os procedimentos adotados por Fumaroli. Ao mesmo tempo em que seu ensaio preserva a necessidade apontada por Levine de privilegiar os dispositivos antigos como os únicos acessíveis tanto aos partidários dos “antigos” quanto dos “modernos”, deixa antever dois limites que tornaram o empreendimento criticável na opinião de outros historiadores.

Em primeiro lugar, como enfatizou Antoine Lilti, Fumaroli produziu uma síntese puramente intelectual do debate, que peca ao deixar de explorar a fundo os aparatos conceituais mobilizados dentro das instâncias sociais em que se originaram. Por exemplo, é recorrente em seu livro o emprego de termos de época (“ancien”, “moderne”) sem iluminar seus sentidos em cada uma das controvérsias. Assim, “o sentido último da análise é, aqui, universalizar as questões da querela para concluir por sua atualidade no presente” (LILTI, 2007, p. 16). O corolário dessa postura leva ao segundo ponto de crítica, a saber, o interesse “ideológico” de compor um elogio dos “antigos”. Larry Norman destacou recentemente que o livro de Fumaroli situa-se numa corrente de estudos composta, entre outros, por *Ancients against Moderns*, de Joan DeJean, e *Nous autres, modernes*, de Finkielraut, ao promover um engajamento político à investigação, à medida que enfatiza a atualidade de um dos “partidos”. No caso de Fumaroli, o elogio dos “antigos” equivaleria a uma crítica ao pendor moderno por sua autodescrição²⁷. Nesse sentido, o livro proporia um debate um tanto datado com a historiografia, rompendo com a “modernidade” duas décadas depois da revisão crítica sinalizada por Levine. Por outro lado, centralizaria os “antigos” pelos motivos errados, uma

27 “DeJean, sympathetic to the Modern cause in her *Ancient against Moderns*, aligns the Ancient party with late twentieth-century opposition to multiculturalism and canon reformation; in contrast, Fumaroli (“*Les abeilles et les araignées*”), who is followed by Finkielraut (“*Nous autres, modernes*”), praises Ancient apologists such as Swift for their timeless critique of modernity’s hermetic self-obsession. These essays make compelling cases for their cause; however, the answers appear so clear-cut, and the scales so tilted, that we are left wondering how serious minds could devote so much time and intellectual energy to the problem, or even dare to maintain a reasonable position in opposition to those presented”. (NORMAN, 2011, p. 13).

vez que não caberia colocar-se ao lado de um ou de outro “partido”, mas mostrar que ambos partiam de procedimentos retórico-poéticos e de uma política da escrita cuja caracterização minuciosa permaneceria por fazer.

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

A inserção das “políticas de escrita” como ferramenta analítica para investigar as práticas letradas seiscentistas (e, entre elas, nomeadamente as controvérsias) é fruto do trabalho de Christian Jouhaud. Em *Pouvoirs de la littérature*, de 2000, Jouhaud propõe diversas considerações metodológicas. Em primeiro lugar, salienta a importância decisiva de uma reconstrução hipotética das condições de escrita no século XVII francês, que obrigaria os historiadores a buscar as “tecnologias escriturárias”, ou seja, os vínculos de dependência que constituíam a fonte de reconhecimento dos letrados; as formas retóricas de produção das controvérsias e os objetivos que almejavam²⁸; a presença da monarquia como entidade reguladora das associações entre os letrados, manifestada pela criação das *académies*, sobretudo a *Académie française*²⁹; a relação, a nossos olhos paradoxal, entre independência institucional dos letrados e submissão à monarquia (JOUHAUD, 2000, p. 9-21). De modo geral, o autor observa que “encontraremos nas escritas polêmicas ações de escrita que reproduzem, em seu registro, as ações políticas que elas narram, que elas evocam”³⁰.

Em livro mais recente, Jouhaud aprofundou essas suas análises de modo a compor procedimentos para a escrita de uma história político-cultural do século XVII³¹. Em *Richelieu*

28 “Polémiques, querelles, avaient montré plus d’une fois qu’une bonne partie des hommes de lettres qui écrivaient en langue vulgaire, en vers ou en prose, cherchaient à promouvoir l’idée alors peu évidente qu’ils disposaient d’une compétence spécifique, on pourrait même dire d’une ‘expertise’ (volontiers, ils s’accusaient d’ailleurs mutuellement de l’usurper)” (JOUHAUD, 2000, p. 18).

29 Reduto, para Fumaroli, do “partido dos modernos”. “Autour de Richelieu, on avait déjà vu se dessiner les premiers linéaments de la doctrine des ‘Modernes’. L’un des ‘écrivains du Cardinal’, l’abbé de Boisrobert, prononce devant l’Académie française en 1637 un Discours contre les anciens. Un autre zélateur de Richelieu, l’abbé d’Aubignac, opposait à Corneille une poétique rationalisée qui anticipe celles des Modernes du règne suivant. Ce même abbé avait écrit des ‘Conjectures académiques ou dissertations sur l’Iliade’, qui ne furent publiées qu’en 1715, en pleine Querelle d’Homère elles mettaient en doute l’identité même d’Homère, et cherchaient à ruiner toute admiration pour son art. L’un des plus proches collaborateurs littéraires de Richelieu, Jean Desmarets de Saint-Sorlin, sera le chef du parti des Modernes sous Louis XIV, avant de passer le flambeau à Charles Perrault. La supériorité absolue demandée pour le ‘siècle de Richelieu’ découlait logiquement pour ses thuriféraires de la transcendance politique de ce prince moderne. La doctrine du poème de Perrault, dédié à Louis XIV au sommet de sa puissance, a été amorcée par l’entourage du Cardinal. Lancelotti y a apporté sa modeste contribution”. (FUMAROLI, 2001, p. 81-82).

30 “[...] comme l’a souvent montré Louis Marin, on trouvera aisément dans des écrits polémiques (mais ailleurs aussi) des actions d’écriture qui reproduisent, dans leur registre, l’action accomplie dans la sphère des actions politiques qu’elles racontent, qu’elles évoquent, qu’elles épaulent, le ‘coup’ politique se trouvant ainsi rejoué dans le ‘coup’ textuel” (JOUHAUD, 2000, p. 21).

31 É importante precisar que os estudos de Jouhaud formaram-se no interior de um grupo de pesquisa, o GRIHL (Groupe de recherches interdisciplinaires sur l’Histoire du littéraire, fundado em 1996) que tem atuado conjuntamente no

et l'écriture du pouvoir, somos apresentados à releitura do conceito de “evento” como esforço de monumentalização empreendido por letrados e agentes políticos. No lugar de reconstituir um dado *corpus* harmonicamente, achando na integralidade dos textos estudados o quadro geral de um evento, Jouhaud propõe uma metodologia de “desarmonização”, entendendo ser necessário tomar cada vestígio como uma ação específica em interação (às vezes conflituosa) com outras³².

Em vez de uma síntese, portanto, sugere uma reconstituição das reverberações de um determinado conjunto de ações através do tempo, tanto do ponto de vista dos propósitos que geraram sua “deflagração” quanto do ponto de vista dos impactos que causou e dos interesses em mantê-lo ativo. Quando usada para pensar as controvérsias, essa metodologia as supõe como eventos específicos (neutralizando o efeito agregador e teleológico do termo “querela”) sem depreciar a trajetória histórica de sua “montagem” enquanto conceito unificador (o que é bom remédio contra visadas anacrônicas) que, se apaga muito dos conteúdos originais das contendas, as preserva enquanto monumentos eruditos que atendem aos interesses, digamos, de um estado nação oitocentista que se deseja fundado em uma história letrada harmônica e gloriosa. Por tudo isso, as reflexões construídas por Jouhaud reverberaram de modo determinante em estudos sobre as querelas francesas seiscentistas³³.

Nos Estados Unidos, Larry Norman assumiu protagonismo no debate com seu livro *The Shock of the Ancient: Literature & History in Early Modern France*, de 2011. Norman parte de uma discussão sobre Anne Dacier, usualmente associada ao “partido dos antigos”, para demonstrar que essas posições estavam longe de ser homogêneas. Anne Dacier promovia o culto do antigo em sua tradução de Homero (1711), defendendo-o dos ataques daqueles que o consideravam mero resquício de tempos bárbaros. As críticas a Homero representavam apenas parte do acúmulo de opiniões (Descartes, Bacon e os autodenominados “modernos”, seus sucessores) contra a autoridade dos antigos. Contudo, em vez de tentar salvar Homero mediante o louvor aos seus atributos universais, Dacier preferiu elogiar as particularidades do tempo por ele vivido, desconectando-o dos leitores; ao fazê-lo, transformava Homero em modelo de combate contra o que julgava serem as mazelas culturais de seu próprio tempo, questionando os parâmetros tradicionais da autoridade a ele conferida. O “barbarismo” de Homero era bem-vindo porque permitia aos “modernos” experimentar “sentimentos” completamente diferentes daqueles que prevaleciam na corte (NORMAN, 2011, p. 1-2).

esclarecimento das questões. Veja-se, por exemplo, a publicação mais recente do grupo, intitulada *Écriture et action, XVIIe – XIXe siècle, une enquête collective* (SHAPIRA et al, 2016).

32 “Dès lors, il ne s’agit plus d’écrire l’histoire d’un événement à partir de sources qui, correctement articulées et hiérarchisées, en produiraient la vérité, mais de regarder chaque écrit lié à l’événement comme la trace d’une action prenant sens dans le mouvement des interactions à l’oeuvre au sein du dispositif de pouvoir. Certes, les écrits, quels qu’ils soient, portent avec eux, jusqu’à nous, la pensée qui s’y trouve incorporée, mais cette pensée n’a pas les mêmes fonctions, les mêmes effets, en un mot le même sens, si on considère comme agissant dans l’histoire d’un événement – ce qui est tenté dans ce livre – ou comme un maillon pertinent dans l’enchaînement d’une histoire intellectuelle de la politique au XVIIe siècle” (JOUHAUD, 2015, p. 9-10).

33 Cf., por exemplo, o estudo de Mathilde Bombart (2007) sobre a Querelle des Lettres (1624), fundamental para a compreensão das querelas dos antigos e modernos ocorridas entre 1694-1715.

Dacier, Longepierre e outros opunham-se, desse modo, ao “idealismo moderno”, calcado nos apelos cartesianos à razão defendidos sobretudo por Charles Perrault³⁴. Boileau, principal defensor dos “antigos”, teria concebido essa crítica lançando mão do conceito de sublime, apresentado na tradução de Longinus (1674). O sublime de Boileau era definido como um “je ne sais quoi”³⁵ que ultrapassaria os parâmetros “clássicos” (estilos baixo, médio e sublime), alinhando-se ao conceito de “gênio”, ou seja, algo impossível de se adquirir somente por meio do estudo; tratava-se, como vimos, de uma intercessão furiosa da natureza, cujo gênio “possuía” um letrado (NORMAN, 2011, p. 4). Homero, isento de toda a “lógica”, transforma-se, aqui, no poeta mais perfeito, pura inspiração heroica, ou, como colocava Boileau, num receptáculo de “obscuridade elegante e majestosa” (NORMAN, 2011, p. 193-196).

Fica novamente patente a percepção de que o papel do gênio é indispensável no estudo das querelas, pois havia se tornado um elemento catalisador delas. Em recente estudo sobre a temática, Darrin McMahon bem observou que o termo “gênio” era moeda corrente nas controvérsias letradas do período em tela (McMAHON, 2013). Joseph Addison comentava em 1711 que nenhuma outra característica era mais atribuída aos escritores, o que desencadeou duas consequências. De um lado, a “outorga” da genialidade consistia no estopim das controvérsias, uma vez que os processos de escolha obviamente descartavam diversos aspirantes a essa dignidade. Além disso, a centralidade da categoria impeliu o resgate de indivíduos “geniais” do passado, cujas personalidades passaram a ser progressivamente exaltadas graças à combinação de um talento natural associado ao “je ne sais quoi” e à maestria das técnicas retórico-poéticas que vicejavam em ambientes governados pela “arte da conversação”. Um exemplo dessa simbiose naquele momento era Shakespeare, comemorado em publicações como *Essay on the genius and the writings of Shakespeare*, publicado por John Dennis em 1712 (McMAHON, 2013, p. 168).

Enquanto os modernos construíam uma filosofia contra a poética, os antigos empregavam a poética para formular uma nova filosofia, tida por predecessora da “estética” no sentido de se concentrar em percepções sensoriais do belo e do sublime. O objetivo da investigação de Norman seria precisamente captar essas viradas, que podem ter gerado uma poética da expressividade psicológica a partir da releitura dos antigos (NORMAN, 2011, p. 6).

Essa releitura teria se viabilizado mediante um reordenamento da experiência histórica como um todo, que reconstruiu seu olhar do mundo antigo. Este foi recomposto de diversas maneiras, dependendo de cada grupo de letrados. Os “antigos teriam se engajado numa fidelidade “atormentada”, cujo exemplo máximo seria a leitura de Dacier. Os “modernos” teriam defendido uma “transformação terapêutica” do patrimônio antigo (NORMAN, 2011, p.

34 “[...] we have seen that the quarrel is primarily concerned with adoration, since the authority of antiquity was by 1687 [refere-se à publicação do poema de Perrault, *Le siècle de Louis XIV*] fatally diminished, at least in its bearing to the literary tastes of the cultivated but nonscholarly audience of the quarrel”. (NORMAN, 2011, p. 80).

35 Em posição, Charles Perrault defenderá que o talento natural é mais ou menos o mesmo em todos, o acúmulo do tempo e o surgimento do método garantem a vitória dos modernos. “Method is of a categorically higher order than talent or inspiration”. (NORMAN, 2011, p. 162).

37). O principal resultado desse processo teria sido a possibilidade de livre pesquisa face à consolidação de uma “antiguidade sem autoridade” (NORMAN, 2011, p. 7). É do interesse de Norman explorar as consequências da querela para o Iluminismo e para o Romantismo, mas não de modo teleológico. O que pretende é explorar como a “querela” perdeu potência e tornou-se cada vez mais anacrônica na medida em que a sensibilidade histórica se alterou (NORMAN, 2011, p. 8).

Tentando escapar da dinâmica autoral da controvérsia, Norman discute o sentido do termo “querela”, avaliando que ele é reducionista, pois pode nos induzir a ler os textos como uma “*paltry dispute*”, uma polêmica motivada apenas pelas vaidades dos escritores. Assim, Norman acerta ao criticar parte da historiografia, que, como vimos, “personalizou” as controvérsias, defendendo sua importância pelo renome dos envolvidos, embora uma problematização mais densa dessa perspectiva permaneça em segundo plano. Ao dizer que a “querela dos antigos e modernos” era especialmente um “debate de ideias”, Norman reconhece implicitamente uma escrita desinteressada, subjetiva e psicológica que seria preciso demonstrar. Além disso, se considerarmos a leitura de Christian Jouhaud, esse argumento deixa de lado a importância da escrita como ato político de enaltecimento dos letrados em vista de reconhecimento público.

Por outro lado, o livro remete abundantemente à já referida mescla de posições no interior de cada “partido”. Norman mostra-nos que Fontenelle, alinhado aos “modernos”, não deixava de louvar a “erudição” por ter recuperado os “antigos”, de modo que eles pudessem ser superados em suas “melhores edições”. Quanto aos membros do “partido antigo”, eles não hesitavam em reconhecer o sucesso de “invenções modernas” e em manter distância de seus “predecessores humanistas”³⁶. A razão desse comportamento logo fica evidente; os defensores dos “antigos” tinham, exatamente como os “modernos”, um compromisso com a monarquia. Boileau, por exemplo, foi acusado de instigar os poetas a cantar os feitos de Luís XIV, abandonando os motivos greco-latinos, o que não espanta, pois ele detinha o cargo de historiógrafo da corte³⁷.

Em suma, seria possível detectar “posições” “antigas” e “modernas” nos textos, e não adesões integrais ou “ideológicas”³⁸.

O sucesso do livro de Norman motivou um debate organizado pelo fórum *H-France*. Naquela ocasião, alguns pesquisadores foram convidados a debater os temas suscitados por

36 “The lesson seems clear. Far from being the diehard party of the fading Renaissance, far from being the last believers in a rebirth based on the study of Greek and Latin classics, the champions of antiquity could, when needed, take considerable distance from their humanist predecessors, and happily place themselves in a new world where reason trumps authority” (NORMAN, 2011, p. 47).

37 “Chénier had a point, and, seen from a distance, the Ancient apologists is in reality quite a Modern. After all, in addition to the ambiguities of his aesthetics, Boileau was, as of 1677, a functionary whose duty, as historiographer of Louis XIV, was to proclaim the superiority of a modern monarch” (NORMAN, 2011, p. 48).

38 “We would best conclude such speculation by affirming that there are Ancient and Modern positions to be found in writings, but no pure and simple Ancients and Moderns among actual writers” (NORMAN, 2011, p. 48).

Norman, acrescentando aportes bastante úteis à discussão, particularmente no caso de dois dos proponentes, Nicolas Shapira e Dinah Ribard, vinculados ao grupo de pesquisa de Christian Jouhaud.

A intervenção de Nicolas Shapira louva a capacidade do livro de Norman de lançar uma interpretação geral calcada no juízo de que a querela foi uma “caixa de ressonância” de movimentos mais abrangentes da história intelectual do período (o que, por seu turno, ressoa algumas leituras antigas das querelas...), sem perder de vista os usos da polêmica a partir de uma temporalidade ampla. Contudo, a visão larga de seu projeto teria atrofiado a possibilidade de um estudo mais denso das condições escriturárias de produção e consumo da polêmica vigentes na época de Luís XIV. Segundo Shapira, Norman teria perdido as condições de precisar o que estava em jogo na querela francesa quando aderiu a esclarecimentos “psicológicos e atemporais”, como associar as decisões de Perrault ao “idealismo moderno” (SHAPIRA, 2012).

Dinah Ribard mostra-se igualmente simpática à tentativa de reler a querela como um todo, mas critica, com Shapira, a negligência de Norman quanto à historicidade da tomada de posições polêmicas. Ao tentar fugir das “futilidades” de uma abordagem superficial da dinâmica dos conflitos, teria restado a Norman enveredar pela psicologia dos personagens envolvidos. Se acerta ao afirmar que “antigo” e “moderno” são posições móveis, teria pecado por discutir a escolha delas pelos letrados através de seus dilemas interiores. No fim, esse caminho retira do debate historiográfico aquilo que deveria ser mais cuidadosamente preservado, a saber, a percepção de que, em seu tempo, as querelas dos antigos e modernos eram construídas e lidas como um *“jeu d’esprit”*, cujas etapas e decisões eram pautadas por critérios aceitos por todos os membros da “cidade letrada”, que dele se valiam para ascender socialmente e conquistar autoridade perante os modelos que emulavam (RIBARD, 2012, p. 38-39).

EPÍLOGO

Correntes historiográficas contemporâneas têm adotado alguns procedimentos para evitar a primazia de interpretações ligadas aos paradigmas da assim chamada “Modernidade”. Em primeiro lugar, salienta-se a utilização do termo “controvérsia” para melhor identificar as disputas letradas ocorridas entre os séculos XVI e XVII, na medida em que o termo “querelas” deveria ser empregado nas leituras do contexto onde foi produzido, isto é, em análises como as de Irailh e de Rigaud. Os projetos desses autores foram marcados pela tendência, aliás muito presente no historicismo (GRAFTON, 1981, p. 109), de estudar os

grandes “personagens” envolvidos nas disputas como indícios para a apreensão de toda uma época.

Além disso, a passagem às “controvérsias” é de fundamental importância metodológica, pois permite reconsiderar as posições “antigas” e “modernas” a partir dos critérios de produção e consumo da instituição retórica, critérios esses que partiam de usos públicos e anonimamente compartilhados de tópicos e técnicas que, como vimos, não permitem que se reduza a análise à subjetividade dos indivíduos. Assim, os “gênios” de Boileau ou de Perrault alinhavam-se a tipos retóricas que atendiam a funções reconhecidas pelo público da “querela” como decoro. Falar de decoro significa, por fim, enquadrar todos os textos produzidos pelos partidos numa discursividade calcada na ausência, o que nos impele a considerar os discursos em chave diametralmente oposta à teleologia que pautou o debate por muito tempo, e que acatava pacificamente os dispositivos de “imortalização” da controvérsia, recorrentes na época moderna. Essa faceta não se adensa, entretanto, sem o investimento na reconstituição das sucessivas releituras dos textos produzidos naquela situação discursiva, de modo que um quadro recomendável para seu estudo enfatizaria tanto os sedimentos de práticas hoje esquecidas como a inevitável carga anacrônica com que lidamos a partir da vária monumentalização que nos confere acesso a elas.

Referências

ANKERSMIT, Frank. Language and Historical Experience. In: RÜSEN, Jorn (Ed.). *Meaning and Representation in History*. New York: Berghahn Books, 2006.

BARON, Hans. The querelle of the ancients and the moderns as a problem for Renaissance scholarship. *Journal of the history of ideas*, Philadelphia, v. 20, n. 1, Jan., 1959.

BOMBART, Mathilde. *Guez de Balzac et la querelle des Lettres: écriture, polémique et critique dans la France du premier XVIIe siècle*. Paris: Honoré Champion, 2007.

CHARTIER, Roger. *The author's hand and the printer's mind: Transformations of the Written Word in Early Modern Europe*. Cambridge: Polity Press, 2014.

DURÃO, Fábio A. Variações sobre os equívocos do debate do cânone. *Remate de males*, Campinas, v. 34, n. 2. Jul./dez., 2014.

FEBVRE, Lucien. *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle. La religion de Rabelais*. Paris: Albin Miche, 1942.

FUMAROLI, Marc. *La querelle des Anciens et des Modernes – xvii-xviii siècles*. Paris: Gallimard, 2001.

FURETIÈRE, Antoine. *Dictionnaire universel, contenant généralement tous les mots François tant vieux que modernes, & les Termes de toutes les Sciences et des Arts*. Paris: A. et R. Leers 1690.

GRAFTON, Anthony. Prolegomena to Friedrich August Wolf. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, London, v. 44, p. 101-129, 1981.

HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, 2012.

HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello. *Para que todos entendais a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra: letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HAZARD, Paul. *La crise de la conscience européenne: 1680-1715*. Paris: Le livre de Poche, 1994.

IRAILH, Abbé (Simon Augustin). *Querelles littéraires, ou Mémoires pour servir à l'histoire des révolutions de la république des lettres, depuis Homère jusqu'à nos jours*. Tome premier. A Paris, Chez Durand, Libraire, rue du Foin, 1761.

JOUHAUD, Christian. *Les pouvoirs de la littérature: histoire d'un paradoxe*. Paris: Gallimard, 2000.

JOUHAUD, Christian. *Richelieu et l'écriture du pouvoir: autour de la journée des Dupes*. Paris: Gallimard, 2015.

LANSON, Gustave. L'histoire littéraire et la sociologie. *Revue de métaphysique et de morale*, Paris, t. XII, 1904.

LEVINE, Joseph M. Ancients and Moderns reconsidered. *Eighteenth-century Studies*, v. 15, n.1, p. 72-89, Autumn, 1981.

LILTI, Antoine. Querelles et controverses: les formes du désaccord intellectuel à l'époque moderne. *Mil neuf cent*. Revue d'histoire intellectuelle, n. 25, 2007/01.

LILTI, Antoine. Rabelais est-il notre contemporain? Histoire intellectuelle et herméneutique critique. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, Paris, v. 59, p. 65-84 2012/5.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

LOPES, Marcos Antônio. O magistério moral da história: aspectos do processo de declínio e ruína de uma tradição milenar. *Dimensões*, Vitória, v. 35, p. 565- 578, jul./dez., 2015.

MCMAHON, Darrin. *Divine Fury: a history of genius*. New York: Basic Books, 2013.

MILLET, Olivier. *La première reception des Essais de Montaigne*. Paris: Honoré Champion, 1995.

NORMAN, Larry F. *The Shock of the Ancient: Literature & History in Early Modern France*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

RIBARD, Dinah. Review essay: The shock of the Ancient. *H-France Forum*, v. 7, n. 3, Spring 2012.

RIGAULT, Hippolyte. *Histoire de la Querelle des Anciens et des Modernes*. Paris: Librairie de L. Hachette, 1856.

SEBA, Jean-Renaud. Critique des catégories de l'histoire de la littérature: téléologie et réalisme chez Lanson. *Littérature*, Paris, v. 16, n. 4, 1974.

SHAPIRA, Nicolas *et al.* *Écriture et action, XVIIe – XIXe siècle: une enquête collective*. Paris: Éditions EHESS, 2016.

SHAPIRA, Nicolas. Review essay: The shock of the Ancient. *H-France Forum*, v. 7, n. 4, Spring 2012.

VAPEREAU, Gustave. *Dictionnaire universel des littératures*. Paris: Hachette, 1876.

Recebido m 08.01.2015

Aprovado em 22.09.2015